



e-ISSN 2238-8885

PPQH
Programa de Pós-Graduação
em HistóriaIHCEC
Instituto de Humanidades,
Ciências, Educação e Criatividade

Dossiê: Direitas e catolicismo nas décadas de 1930 e 1940

É com satisfação que nós, integrantes da Rede de Pesquisa História e Catolicismo no Mundo Contemporâneo (RHC), apresentamos ao público leitor da *Revista História: Debates e Tendências* o dossiê “Direitas e catolicismos nas décadas de 1930 e 1940”.

A temática escolhida reflete o interesse em contribuir para a apresentação de um olhar histórico compreensivo e analítico acerca das diferentes interações entre as variadas expressões do catolicismo e da direita no Brasil no período em estudo, o que poderá ser observado por meio do conjunto dos artigos aqui reunidos.

As análises se inserem no bojo das investigações da historiografia brasileira dedicada ao estudo das relações entre religião, política e cultura, e dos seus impactos sobre os espaços público e privado. Por meio do estudo de objetos dispostos em temporalidades e em espacialidades variadas no Brasil da primeira metade do século XX, os autores nos brindam com abordagens instigantes que revelam as historicidades marcantes dos catolicismos em interação com o campo da direita política. Trazem à tona, também, e num plano mais amplo, a presença do fator religioso coexistindo com o político numa sociedade tributária de uma modernidade *à brasileira*. Ambiente, portanto, onde a ideia de um espaço laico como uma base de referência a todos, onde a neutralidade confessional do Estado e onde a secularização social operam em ritmos e sob formas muito particulares. Onde, também, os efeitos das mudanças e das permanências se fazem sentir na vida institucional, nas formas de consciência individual e coletiva bem como nas concepções e autocompreensões de mundo.

Alguns dos expoentes da nova historiografia brasileira dedicada ao estudo do catolicismo apresentam neste dossiê suas investigações mais recentes, cujos objetos analisam, majoritariamente, a presença de intelectuais católicos no espaço público. Tais são os casos das

abordagens sobre Jacques Maritain, Everardo Backheuser, Tristão de Athayde e Francisco Campos.

O historiador **Renato Amado Peixoto**, em seu artigo “A primeira onda de ataques a Jacques Maritain (1937-1938): um estudo de caso pensando a *anomia* junto aos conceitos de *interioridade* e *habitus*”, nos convida a uma reflexão sobre o que classifica como “fluxo de ideias e de conteúdos” na “difusão do maritainismo e a apresentação da democracia cristã” na América Latina. Propõe também uma instigante reflexão teórico-metodológica sobre as formas de tratamento histórico-investigativo acerca da atuação de lideranças católicas em suas relações com o que denomina de “apoio às posições das direitas autoritárias” no período em estudo. Neste percurso, os conceitos de região e de *habitus* ocupam lugar de destaque.

Já **Magno Francisco de Jesus Santos**, no artigo “A crédula ingenuidade de nosso povo sinceramente católico”: Everardo Backheuser, cultura política educacional católica e unidade do território nacional (1933-1944)”, traz aos leitores uma análise voltada à compreensão da atuação de um dos mais expressivos intelectuais católicos do período em estudo: Everardo Backheuser. Integrado ao grupo liderado por Alceu Amoroso Lima, o intelectual Backheuser ocupou lugar de destaque, especialmente no campo da educação – onde travou inúmeros debates em favor do que defendia ser a legitimidade da união entre a perspectiva católica e a escola nova. Sua defesa do chamado “escolanovismo católico” o colocou, segundo Magno Santos, em conexão íntima em favor de uma “cultura política educacional católica” notadamente vinculada a um projeto nacional calcado na unidade religiosa. Ainda segundo o autor, nos debates metodológicos em torno da reformulação curricular, Backheuser procurou ocupar um lugar de relevo e de mediador entre a tradição católica na educação e as perspectivas das mudanças escolanovistas – donde “o temor acerca do ímpeto de ruptura da tradição era amenizado, com o ajuste das premissas reformadoras com a doutrina católica”.

Fecha o dossiê o artigo de autoria de **Guilherme Arduini**, ““A única revolução que defendemos - a revolução espiritual”. O ministério Francisco Campos sob a ótica de Tristão de Athayde”. Arduini procura compreender as posições de Tristão de Athayde (naquele contexto ainda tributário do conservadorismo) presentes nos livros *Debates Pedagógicos* e *Política* a respeito das reformas educacionais implementadas por Francisco Campos como Ministro da Educação entre 1931 e 1932. O texto coloca em evidência como Campos se vê como “representante do Estado” imbuído do papel de “estruturar a educação pública” bem como confere tratamento atento às tensões político-educacionais daí decorrentes e expressas nas posições de Tristão de Athayde em defesa dos “interesses da hierarquia católica” - a qual

via a conjuntura histórica do momento como fruto de uma crise dos valores morais e espirituais.

As proposições históricas, teórico-metológicas e historiográficas oferecidas pelos autores dos artigos neste dossiê constituem-se como efetivas contribuições ao avanço do conhecimento científico contemporâneo sobre a relação entre religião, política e cultura no Brasil da primeira metade do século XXI. Agregam ainda a edição debates instigantes voltados às temáticas da história chilena, representações sobre a revolução iraniana, diálogos sobre escravização e liberdade, literatura e história e, ainda, a análise das propostas educativas de Affonso Guerreiro Lima para o Rio Grande do Sul.

Em “O mal-estar no Chile: presença e herança da Constituição de 1980”, **Peter Demenech** volta-se à investigação da Constituição chilena de 1980, instigado pelo movimento de revisão constitucional de 2022. Entre as discussões sobre heranças autoritárias e da ideologia neoliberal para uma sociedade democrática que “ainda recorre a soluções autoritárias para lidar com a resolução dos conflitos sociais”. O que caracteriza como “mal-estar” ante o rechaço da nova Constituição, que a levou a ser derrotada no plebiscito de 4 de setembro de 2022, Demenech aponta as contradições de uma sociedade que recusou uma nova carta progressista, ampliadora dos direitos sociais e cidadania, e as implicações de uma herança ainda presente e vigente dos governos da Unidade Popular e de Pinochet no imaginário político nacional.

Voltada á outra abordagem temática sobre o contexto chileno, **Elisbet Prudent**, em “La urbanización como dispositivo de reivindicación histórica por el derecho a la ciudad en Santiago de Chile (1930-1950)”, volta sua atenção às mobilizações pela urbanização de moradores de bairros suburbanos da capital chilena em meados do século XX. Com o estudo de periódicos em circulação em bairros de periferia de Santiano, a autora analisa as formas de luta contra a segregação espacial e a busca pela apropriação do espaço em contraponto às desigualdades marcantes naquela contexto de desenvolvimento metropolitano. Via associações de bairro, os chilenos reivindicaram seu direito à cidade, a solução de problemas locais e a defesa do progresso social.

Ainda no espectro da história latino-americana hispânica, **David Anderson Zanoni** volta-se à imprensa argentina para compreender as representações em charges acerca dos acontecimentos revolucionários do Irã. No artigo “Orientalismo impresso: a Revolução Iraniana e suas representações por meio das charges de Landrú no jornal Clarín (1979-1980)”, o autor evidencia as repercussões da derrocada do poder do xá Mohammad Reza Pahlevi e a

instauração de um governo islâmico liderado pelo xiita Aiatolá Ruhollah Khomeini. Com foco nas charges de Juan Carlos Colombres, cognominado Landrú, Zanoni analisa as repercussões narrativas e a construção de sentidos dos acontecimentos iranianos para o público argentino, tendo como referencial os estudos sobre o orientalismo de Edward Said.

Voltando-se ao passado sul rio-grandense, mitificado por muitos, embelezado narrativamente pelo pretenso menos cruel tratamento legado aos cativos de outrora, **Roberto Radünz** nos apresenta, via análise de processo judicial, as agruras de uma liberta. Em “Situações intermediárias entre a escravidão e a liberdade: o caso da parda Marcelina”, o autor esmiúça os meandros cotidianos da vida de uma liberta “sob condição de trabalhar para seus senhores até a morte desses” que seguiu vivenciando exploração, sevícias, agressões e outras violências simbólicas mesmo após a conquista de sua libertação. Foi recorrendo ao judiciário que a história de Marcelina nos chega, corroborando as análises historiográficas de que muito do que temos sobre a população brasileira destituída se dá pelas páginas judiciais e policiais, visto que a omissão desses em outros registros pode trazer uma falsa noção de inexistência de agência negra, como aponta Radünz, “Marcelina representa a luta das mulheres em busca de liberdade e dignidade diante de uma sociedade escravocrata”.

“Jorge Amado, a infância e a máquina literária: do trapiche ao cais, entre o estigma e a revolução (Salvador, 1937)”, de **José dos Santos Costa Júnior** traz parte da pesquisa sobre o “dispositivo de menoridade”, ou seja, a história da configuração do conceito-imagem do menor infrator no Brasil. Pelo estudo da obra *Capitães de Areia* (1937), Costa Júnior se detém à avaliação das narrativas sobre infância, abandono e delinquência em Salvador, em meio as transformações operadas a partir da “Revolução de 1930” e da instalação do Estado Novo em 1937. Baseando-se em Foucault, Deleuze e Guattari, o autor reflete sobre a importância da literatura como instrumento de crítica social.

Carlos André Silva de Moura, em “Disputas político-religiosas entre Afonso Costa e Sidónio Pais no início da República em Portugal (1910-1918)” se debruça sobre as perspectivas acerca da separação entre Estado e Igreja que marcaram a instauração da república portuguesa nas primeiras décadas do século XX. Inserido na nova gestão como Ministro da Justiça, Afonso Costa debruçou-se sobre a secularização do Estado, via imposição de uma “política de total rompimento com a Igreja Católica em um país predominantemente rural, católico e não alfabetizado.” Em reação às ações governamentais, Sidónio Pais projeta e encabeça um golpe de Estado que, vitorioso, tem na revoção de medidas secularizantes muitas

das primeiras ações. Estes movimentos possibilitaram a revigoração das relações entre Estado e Igreja, pelo menos durante o curto governo de País, assassinado em dezembro de 1918.

Findando a edição, temos o trabalho de **Claudemir de Quadros** que nos apresenta uma fonte documentada, em “Subsídios para o código de educação do Rio Grande do Sul: propostas de Affonso Guerreiro Lima (1936)”. Dedicando-se a compreender as discussões sobre o planejamento educacional no estado extremo-sulino, Quadros avalia os *Subsídios para o código de educação* (1936). Guerreiro Lima, seu autor, foi professor, autor de dezenas de obras, membro-fundador do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Em 1936 foi nomeado Diretor da Instrução Pública do estado, cargo do qual se exonerou no ano seguinte. Foi nesse período, em meio a discussões sobre a reforma no ensino estadual, que produziu os *Subsídios* propondo uma reorganização no sistema de educação, foco de discussão de Quadros neste artigo que nos apresenta mais elementos sobre a História da Educação sul rio-grandense.

Desejamos a todos(as) uma excelente leitura de mais uma edição da HDT do Programa de Pós-Graduação em História da UPF!

Dr. Cândido Moreira Rodrigues – UFMT

Dra. Gizele Zanotto – UPF